SinproRio 2025
PAPEL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO SUPERIOR NA DISPUTA POR HEGEMONIA NA SOCIEDADE CIVIL

NEWVONE FERREIRA DA COSTA[1]

Resumo

O trabalho tem como objetivo discutir sobre o papel do sindicato de professores das instituições privadas de ensino superior do município do Rio de Janeiro/Brasil a partir dos conceitos de Gramsci sobre e Hegemonia e Sociedade Civil. Para a realização dos estudos, optamos por revisão bibliográfica a partir de autores como Coutinho (1999) e Antunes (2011). Sabemos que existe na sociedade brasileira um modelo de educação superior em disputa, que é configurado pela concentração de capital decorrente da formação de grandes grupos educacionais. Esses grupos, por sua vez, quando lançam seu capital na bolsa de valores, passam a submeter-se ao controle de grupos de investimento que impõem padrões de produtividade e metas de lucratividade que envolve demissões e desqualificação do trabalho docente e industrialização do projeto pedagógico, resultando na depreciação da qualidade de ensino e restrição da função social da universidade. De um lado tem-se o modelo posto pela classe dominante que vê a universidade como um produto que deve ser regulado pelas leis de mercado e do outro lado de um projeto de educação para os trabalhadores que deseja um modelo que traga para o cerne da questão a emancipação, o pensamento crítico. Esse é o modelo disputado pelos sindicatos. Assim defendemos que é necessário que os sindicatos de educação assumam o seu papel de espaço para construção de um projeto de educação da classe trabalhadora no seu caminho para

[1]Professora da UNISUAM. Diretora do Sinpro-rio.

a emancipação humana diante dos desafios do novo sindicalismo frente à nova morfologia do trabalho.

Palavras-Chaves

Educação superior; sociedade civil; hegemonia e sindicato.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo oferecer uma visão abrangente da história do sindicato dos professores do município do Rio de Janeiro /Brasil (Sinpro-Rio) atrelado no seguimento do ensino superior. Traremos a luz dos escritos de Gramsci no qual o projeto de educação para os docentes seja um modelo que traga em seu cerne a questão da emancipação e o pensamento crítico, sendo este o modelo disputado pelo sindicato; por outro lado tem-se o modelo posto pela classe dominante, que vê a universidade como um produto e deve ser regulado pelas leis de mercado. Nesses dois modelos, o papel do sindicato se apresenta como espaço da classe dos docentes dentro dos aparelhos ideológicos de estado na disputa pelo modelo de educação da sociedade a partir dos conceitos de hegemonia e sociedade civil.

Desenvolvimento

Vale relembrar que, a partir da Revolução Industrial, desde o final do século XVIII, a sociedade capitalista encontrou plenas condições para sua expansão. Nessa fase, formaram-se duas classes antagônicas que constituíram o capitalismo. Uma era formada pelos capitalistas, que são os proprietários dos meios de produção e que vivem da exploração da grande massa da população; a outra era constituída pelo proletariado, que só dispunha da sua própria força de trabalho. À medida que a indústria foi se desenvolvendo, organizações de operários começaram a

surgir. Primeiramente voltadas para um trabalho assistencial às famílias, depois com características políticas e de um grande esforço da classe operária na luta contra o despotismo e a dominação do capital. Assim pretendia-se que os ganhos do trabalhador fossem suficientes para manter sua família.

Nessa sociedade em que cidadãos passaram a ter direito a voto e unir-se em grandes sindicatos e partidos, o fenômeno do poder e dominação não se dá apenas a partir da coerção, repressão e violência, aplicados pelo aparelho repressivo do Estado, mas passa também pela necessidade da difusão das ideologias dominantes por parte de instituições, o que Gramsci conceitua como Sociedade Civil e Hegemonia, sendo esta o tipo de dominação exercida por aquela.

Em síntese, o Estado passa a ser compreendido como a relação entre Sociedade Política e Sociedade Civil, entre coerção e convencimento, "Ditadura + Hegemonia". Com esse conceito distinto de sociedade civil, Gramsci compreende o fenômeno do convencimento a partir das ideias por parte das instituições que a compõem, como por exemplo a Igreja, Escolas e Sindicatos. Essas instituições representam a hegemonia, que é exercida pela classe que pretende manter seus direitos diante de uma posição de supremacia na sociedade.

O exercício da hegemonia ocorre através da "direção intelectual e moral" dessa sociedade civil. O desenvolvimento dessa tese apresenta um importante quadro para nossa sociedade capitalista, a partir da desvinculação de instituições que cumpriam o papel de difusão de ideologia do Estado do seio deste, como por exemplo a escola, passando para o âmbito do privado, torna-se possível uma disputa dentro dessas instituições por sua direção, permitindo que as classes oprimidas não consigam a hegemonia sem ter alcançado o controle do Estado.

Os sindicatos seriam, portanto, associações criadas pelos operários para a sua própria segurança contra a usurpação incessante do sistema capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos exaustiva, visto que o lucro capitalista aumenta, não só pelo arrocho salarial ou pela introdução das máquinas, mas também pela jornada de trabalho que o patrão "obriga" o operário a exercer.

Sendo essa organização uma representante legítima da classe trabalhadora, ficaria assim em pé de igualdade com a organização patronal. Deste modo, os trabalhadores oriundos das indústrias têxteis, doentes e desempregados, juntavam-se em associações de socorro mútuo. Com o tempo, estas associações foram se fortalecendo e adquirindo um caráter político.

As questões acima apontadas nos levam a fazer um breve estudo da formação da classe operária e do sindicalismo no Brasil, pois entendemos que o sindicato dos professores do Município do Rio de Janeiro- Sinpro/Rio é uma entidade que se organizou nos moldes característicos de uma organização com interesses inerentes à classe trabalhadora de educadores, com objetivo de buscar formas legais de melhorias trabalhistas, dentro de uma realidade específica, num momento em que o Brasil passava por mudanças políticas oriundas de uma "revolução".

Entender como se deu o processo da formação da classe operária brasileira, que remonta à primeira década do século XX, quando "grupos de trabalhadores urbanos buscaram nas 'sociedades de resistência', ou sindicatos, uma forma de organização coletiva que respondesse à demanda por representação dos seus interesses junto aos patrões e ao estado, no que diz respeito às questões do mundo do trabalho" (Coutinho, 2007, p.8), nos parece importante para a compreensão da organização adotada pelo Sindicato dos Professores no Rio de Janeiro que foi fundado em 1931, onde o sindicato presenciou, ao longo de sua existência, governos de coloração ideológica diversificada, desde os que se colocavam no campo democrático aos autoritários.

Sempre porém na defesa pela dignidade na Educação, o sindicato dos professores do município do Rio de Janeiro- Sinpro/Rio se colocou, na teoria e na prática, na posição de atender as demandas da categoria, numa luta permanente, com muito respeito ao professor e à professora. Nessa luta sindical, sobrevivendo a golpes civis e militares, vivenciaram e participaram também de momentos históricos de respeito à democracia, de crescimento econômico e inclusão social.

É importante ressaltar contudo que o cenário da educação superior privada vem sofrendo, nas últimas décadas, o impacto de medidas no campo da economia e da política, que resultam na reconfiguração inten-

sificadora do processo de mercantilização. Se, anteriormente, o processo de mercantilização consistia na "venda" da "mercadoria, hoje essa mercadoria é a educação, que passa pelas instituições de educação superior (IES) privada, que assim a concebem, hoje se agrava com sua expansão para a dimensão intrínseca". A própria ação pedagógica é mercantilizada, quando descaracterizada pelos novos modelos de gestão do trabalho docente, que lhe retiram a autonomia e o sentido. Institui-se um processo de padronização que se manifesta em aulas engessadas, programadas fora do contexto, bancos de questões de provas com o fim de assegurar o controle da qualidade, típico dos demais ramos de negócios dos investidores.

Esse processo representa ainda o controle ideológico da formação e a descaracterização do conhecimento científico, supondo sua neutralidade. Somente uma concepção positivista de ciência e de pedagogia pode comportar currículos engessados, padronizados, industrializados; textos únicos selecionados por especialistas, tecnocratas, como se estivéssemos simplesmente tratando de escolhas técnicas e não ideológicas, quando escolhemos um livro, por exemplo, para lecionar Filosofia, Economia e História.

É relevante observar, por exemplo, que a apresentação das mudanças curriculares ocorra nas esferas não acadêmicas, como no espaço das relações com os investidores. Acompanhando trimestralmente a prestação de contas de dois dos principais grupos em operação no Brasil, constatamos que é naquele âmbito que ocorre a aprovação do projeto curricular. Não é à comunidade acadêmica que os gestores das instituições de ensino superior têm contas a prestar, mas à assembleia de investidores. É naquele espaço que se afirmam decisões em torno de quantas disciplinas um curso terá; quantos docentes serão "otimizados"; quantos cursos serão condensados numa sala de aula para "melhor aproveitamento dos recursos"; quem produzirá, e a que custo financeiro, o material didático para padronizar a produção em todas as "unidades fabris" da "empresa"; quantas e quais as disciplinas e cursos serão oferecidos na modalidade de ensino à distância (EAD), para obtenção de "ganhos de escala".

O princípio educativo é o lucro, a valorização do capital investido, exclusivamente. Assim como outros setores da economia vêm passando

por um processo de acentuação da mercantilização, fusões, "acomodação" do mercado, reconfiguração das relações de concorrência, precarização e intensificação do trabalho, a Educação Superior adere ao modelo de "gestão contemporânea".

Já seria suficientemente grave, se o problema se localizasse nos elementos citados acima. Entretanto, ao adotar métodos de gestão típicos dos negócios em geral, a educação (assim como a saúde, que também se "industrializa", mercantiliza e financeiriza) equipara suas atividades àquelas, desprezando a natureza de seu trabalho e as implicações políticas, sociais e humanas envolvidas. Educar é diferente de extrair minério, fabricar copos plásticos ou vender roupas. Toyotismo, "qualidade total", meritocracia, competitividade, se já representam danos assustadores aos trabalhadores daqueles ramos, como denuncia a farta bibliografia crítica da sociologia do trabalho, ao serem transpostos para a educação e para a saúde, tais conceitos estendem esses danos a toda a sociedade.

O processo de financeirização impõe, por meios dos investidores, a mesma linguagem e os mesmos métodos, valores e objetivos. As decisões pedagógicas não competem mais à esfera acadêmica. O pedagógico traduz-se em uma atividade meramente econômica, técnica, científica e politicamente "neutra", objetivável, orientada por "homens de negócios". Destrói-se a função social contra-hegemônica da universidade. Mesmo a hegemonia liberal, no âmbito da produção científica e tecnológica desenvolvimentista, encontra-se fortemente erodida. Se, por outro lado, considerarmos como função hegemônica no quadro da divisão internacional do trabalho, do conhecimento e do poder, o enfraquecimento da universidade brasileira atende perfeitamente ao projeto capitalista.

Atende aos setores capitalistas com o ensino a distância, pois o lucro produzido com a redução de gastos diante das gravações de aulas, entre outros pontos estruturais, e os perfis predominantes de alunos nesta modalidade contrapondo a questões de desigualdade social. Inicialmente, é necessário descrever o que é Educação à distância (EaD) segundo nossa legislação. Conforme o Decreto nº 9057/17:

Considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comu-

nicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatível, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (Brasil, 2017).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, a Educação a distância é reconhecida pela União e permitida à execução por instituições também reconhecidas, sem necessitar da presença de professores e alunos em determinado ambiente. Além disso, segundo o "Art. 80 [da LDB]. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada" (Brasil, 2005, p.31). No que diz respeito aos custos para permanência e manutenção dos cursos nessa modalidade, a LBD, segundo o artigo 80, parágrafo 4º determina que:

A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão, sonora e de sons e imagens; II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (Brasil, 2005, p.32).

Dito isso, a quantidade de cursos de ensino superior à distância aumentou substancialmente nos últimos anos. Além de uma flexibilidade de horário, os custos de uma mensalidade são consideravelmente inferiores se comparado ao ensino superior presencial. Isso caracteriza o predomínio de um determinado público para a utilização deste serviço da educação.

A autonomia na construção do conteúdo e na organização das aulas é um dos fatores mais importantes que contribuem para a qualidade das aulas e do ensino ministrado pelo professor no ensino superior. Contudo, as modalidades de educação à distância tendencialmente retiram essa autonomia e a restringem aos conteúdos apostilados para suprir determinada necessidade de alunados. Dessa forma, apontamos aqui que este é apenas um dos elementos que buscam facilitar a produção e reprodução daquele material ao invés de melhorar o ensino pela padronização proposta. E essa característica tem resultados no próprio processo

de aprendizagem do aluno, o qual está restrito também de um ambiente físico e de relações para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Dessa forma, a educação ofertada à classe trabalhadora, destacada aqui a modalidade de ensino à distância, corresponde à mercantilização de diplomas, apesar de um discurso meritocrático de que quem faz o "sucesso" nessa modalidade é o próprio aluno. A preocupação das empresas educacionais, em linhas gerais, perpassa a quantidade de alunos que irão ingressar neste meio acadêmico, negligenciando a qualidade de tal ensino, além da despreocupação com a consciência filosófica e a passagem do pensamento sincrético ao pensamento sintético do conhecimento.

Compreende-se então que as elites que controlam, seja o aparelho governamental, seja o aparelho escolar, em especial as universidades, releguem a educação a uma questão que diz respeito meramente ao senso comum (eufemisticamente chamado de bom - senso). Comportam-se como o jesuitismo cuja preocupação, segundo a crítica gramsciana, era manter as massas ao nível do sincretismo que caracteriza o senso comum (Saviani, 1996, p.6).

Essa discussão nos possibilita refletir em mais um ponto de desconforto que a educação comercializada nos impõe: o sucateamento do conteúdo das disciplinas. Tal elemento caracteriza um dos pontos primordiais de nossa crítica.

Em uma sociedade onde a relação entre os indivíduos acontece por meio da mercadoria, do individualismo e da competitividade, cuja responsabilidade é de um modo de produção e reprodução da vida humana capitalista, a educação é tratada como um produto a ser comercializado, sem importância de sua qualidade, garantia de conhecimento e/ou possibilidade de mudanças de trabalho (no qual o indivíduo tende a buscar o que menos oprime e menos explora, mas onde essas condições continuam presentes independentes de sua vontade). Nesse sentido, a educação à distância deve ser compreendida como mais uma mercadoria à venda na sociedade capitalista, como já citamos anteriormente. Mas como leis gerais para o lucro, uma empresa gasta dinheiro em determinado produto desde que este gere mais lucro.

Salva as exceções, é necessário que tenhamos compreensão de que, ao passo que a educação tem sido sucateada, incluindo os diversos ataques do governo federal, estadual e municipal em várias partes do país, a proposta de uma educação EaD, ao invés de viabilizar um ensino de qualidade, tende a rebaixar as exigências para se enquadrar ao mercado e garantir a venda de suas mercadorias, ou seja, a preocupação está em vender matrículas e mensalidades e não garantir boa formação e/ou emprego aos egressos. Consequentemente, contribui para uma desvalorização do ensino superior, possibilitando inclusive o aumento de um exército de cadastro reserva com titulações cada vez maiores. Além disso, Patto (2013) salienta:

A questão, portanto, não é simplesmente a ausência de formação, mas a hostilidade a ela. A educação que mimetiza esses meios e fins vem para reforçar a competição, o individualismo, a indiferença pelo outro, o isolamento, o empobrecimento da experiência, ingredientes da prontidão para a violência (Patto, 2013, p.312).

Desta forma, o produto EaD demonstra mais um mecanismo da classe burguesa em legitimar o discurso meritocrático perpetuado em diferentes níveis da educação. Atribuir o "sucesso" profissional dos alunos da EaD a sua organização, disciplina e disposição é mascarar a face do sucateamento, pois por detrás desta "oferta" e falsa redemocratização do ensino, temos o empobrecimento de ofertas de emprego, a exploração e opressão mais acentuada da classe trabalhadora, que consequentemente utiliza deste serviço da educação por não conseguir adequar uma graduação presencial com as suas extensas horas de trabalho no mercado formal e/ou informal. Conforme Patto (2013):

Nos debates e nas publicações oficiais, os argumentos dos que defendem a universidade virtual não raro ficam no plano do senso comum ou, na melhor das hipóteses, da racionalidade instrumental. Como regra, nenhuma reflexão sobre história, sociedade e relações de poder; sobre a ciência e a técnica como ideologia; sobre a política educacional numa sociedade de classes; sobre a cultura e os meios de comunicação de massa nas sociedades administradas; sobre o conceito de formação educacional; sobre a relação professor-aluno […] (Patto, 2013, p.307).

Conclusões

Destacamos neste trabalho alguns elementos do processo de sucateamento para repensar a prática e qualidade do ensino e educação superior, além dos levantamentos de dados sobre o público mais frequente da EaD, os percentuais de investimento e lucro das instituições de ensino, e algumas estratégias mercantis para manutenção dessa modalidade de ensino. Porém não podemos excluir o fato que o contexto das universidades públicas e privadas com as aulas presenciais também está neste processo de sucateamento, mas ainda com bases estruturais diferentes. As práticas e aulas presenciais também podem ser carregadas de ideologias e busca por aceitação de determinadas ideias, estas por sua vez possuem um caráter a ser honrado que é o debate e relação entre grupos e professores, podendo reverter e promover a consciência de si e reconhecimento das ideias e classes dominantes.

A educação à distância, conforme apontamos no decorrer deste trabalho, corresponde a exigências do capitalismo e manutenção do mesmo, desde a passividade do aluno, a ausência da relação professor-aluno, a ausência de autonomia do professor, a individualização e falsa meritocracia, além de um público majoritário nesta modalidade de ensino que é caracterizado pela classe trabalhadora (cuja caracterização pelo Instituto Brasileiro Geográfia e Estatística IBGE adotada pela Associação brasileira de ensino a distancia (ABED) se distingue unicamente em salário familiar e pulveriza o reconhecimento enquanto classe oprimida). Contudo, o sucateamento da educação não se restringe apenas ao conteúdo das disciplinas ofertadas nesta modalidade, mas à ausência de consciência filosófica e perpetuação do senso comum, dentre os demais pontos elencados anteriormente.

O sucateamento e desvalorização do ensino perpetuam em diferentes áreas do conhecimento, incluindo as biológicas, exatas, e principalmente as áreas humanas. Tudo isso se torna um desafio, principalmente aos profissionais que estão se formando e aos profissionais formados que buscam uma mínima qualidade de ensino e educação no país. Perceber que a profissão de docentes do ensino superior tem sido atacada constantemente por representantes federais demonstra a estagnação do conheci-

mento sincrético e que a educação se torna uma das ferramentas para alcançar uma criticidade e leitura da realidade despregada das ideologias burguesas e representa uma ameaça para os governantes do capitalismo.

Contudo, o ensino à distância, em seus moldes de representação e afirmação de ideologias burguesas e meritocráticas, será alvo de mais investimentos pelas empresas educacionais e de outros ramos, de modo não apenas para venda de diplomas, matrículas e mensalidades, mas a garantia de mais exploração de uma classe minimamente qualificada.

Diante de todo exposto, concluímos que em Gramsci e sua concepção ampliada de Estado, o conceito de Sociedade Civil compreende o fenômeno do convencimento a partir das ideias por parte das instituições que a compõem, ideias que representam a hegemonia, que é exercida pela classe que pretende manter seus privilégios diante de uma posição de supremacia na sociedade. Classe dirigente essa que mantém sua posição não apenas por meio da coerção estatal, mas também, exerce sua hegemonia através da direção intelectual e moral dessa sociedade civil. Nesse sentido, seria possível então, por parte da classe trabalhadora, disputar e conquistar o controle desses aparelhos de convencimento, o controle de instituições responsáveis pelas ideias hegemônicas em nossa sociedade, mesmo antes de conquistar o Estado, o que seria em Gramsci a "Sociedade Política". Dentre essas instituições da Sociedade Civil, uma das mais importantes é a universidade. Para Gramsci, disputar uma proposta de universidade, formular uma proposta de educação por parte da classe trabalhadora é imprescindível para a disputa por hegemonia na sociedade, e consequentemente para a emancipação das classes subalternas.

Nesse sentido, a ação pedagógica contra-hegemônica deve estar organicamente articulada aos movimentos de transformações sociais, como os sindicatos, por exemplo. O papel dos sindicatos a partir das contribuições de Gramsci vai além dos próprios conceitos formulados por este na sua juventude. Compreende-se que estes são um instrumento essencial para as classes oprimidas difundirem suas ideias contra-hegemônicas frente ao Estado, tanto a sociedade política, quanto as demais instituições da sociedade civil, na caminhada rumo a uma "sociedade regulada" e à emancipação. Ocupar os sindicatos, em Gramsci, é condição sine qua nom tanto para a defesa das condições de vida dos trabalhadores, quan-

to para sua organização, difusão de ideias, e integração. Nesse sentido, os sindicatos de trabalhadores em educação têm um papel central na disputa por hegemonia, pois seu labor se constitui de uma ação pedagógica e a venda da força de trabalho se dá na universidade. Dessa forma, disputar um modelo de universidade para estes trabalhadores é diretamente disputar sua forma de produzir dentro de uma sociedade, elencamos quatro funções bem claras dos sindicatos de educação na disputa por hegemonia: a) defender os trabalhadores da degradação da sua vida diante da exploração da sua força de trabalho pelo capital; b) garantir o controle do principal instrumento de luta dos trabalhadores, histórico, pelos trabalhadores; c) educar os trabalhadores através da vivência dos momentos associativos e de luta; d) reunir os trabalhadores na construção e disputa de um projeto de universidade baseado em seus interesses. Por fim, concluímos, a partir dos estudos em Gramsci, que os sindicatos de educação têm funções importantíssimas na disputa por hegemonia na sociedade civil. Esses sindicatos detêm o papel central da construção de um projeto de educação da classe trabalhadora que se constitui em um caminho estratégico rumo à emancipação humana e a uma nova sociedade.

Referências bibliográficas

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. Censo EAD. BR: relatório analítico da aprendizagem à distância no Brasil 2017. Curitiba: InterSaberes, 2018. E-book. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_BR_2018_digital_portugues.pdf. Acesso em: 05 agosto de 2023.

Antunes, Ricardo. Sindicalismo de classe contra sindicalismo negociador de Estado. 2011. Disponível em: Acessado em 20 de julho de 2023. Cadernos ANDES –. Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira (1981). N. 2. Florianópolis: Andes, 1981. 4a edição. Brasília 2013.

Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político. 3ªedição. Rio de Janeiro: Civilização. 2007.

Brasil. Censo da Educação Superior: 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo/file. Acesso em: 07 julho. 2023.

Brasil. Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Planalto, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015- 2018/2017/decreto/D9057.htm?bclid=IwAR0sUUDjxECq5LY2kLGkM0xu7CRLVLJ4fGoNdo8dXhslhyoox1Mm_WlhTQ. Acesso em: 08 junho. 2023.

Gruppi, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci.ed Graal-São Paulo 1978.

Patto, M. H. S. O ensino a distância e a falência da educação. Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo, DOIhttps://doi.org/10.1590/S1517-97022013000200002. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n2/a02v39n2.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2023

Saviani, Demerval. - Perspectivas de expansão e qualidade para o ensino de 2o. grau: repensando a relação trabalho-escola. In: SAVIANI, D. et al. Anais do seminário de ensino de 2o. grau: perspectivas. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1988.